

Moção C

**MAIS DEMOCRACIA,
MAIS ORGANIZAÇÃO**



INTRODUÇÃO

A nossa moção não tem como principal objetivo concorrer aos órgãos de direção do Bloco.

Não estamos na política em busca de lugares ou cargos, estamos mais focados na discussão de ideias.

Somos uma plataforma local, mas usamos o modo de moção, porque este nos permite desenvolver e discutir melhor as nossas propostas.

*Estamos disponíveis, como estivemos em 2016, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco.***

Sendo o Bloco de Esquerda, entre os cinco principais partidos, o mais recente e com menor número de aderentes, conseguiu, no entanto, alcançar a terceira posição entre os mais votados, posição que se vem consolidando, como mostram todas as sondagens realizadas desde as últimas eleições legislativas.

Ao mesmo tempo, o Bloco não consegue sair da última posição, quando se trata de eleições autárquicas.

Como explicar estes resultados?

O Bloco teve bons resultados nas eleições legislativas, superiores ao PCP, porque, na perceção popular, o Bloco é considerado um partido mais democrático.

Já nas eleições autárquicas os resultados foram inferiores, porque o Bloco, ao contrário do PCP, nunca privilegiou a organização local.

Portanto, se queremos ter ainda melhores resultados nas eleições legislativas, precisamos de aprofundar a nossa democracia interna. Quanto mais democráticos formos, melhor imagem popular teremos, melhores resultados obteremos.

Para termos melhores resultados autárquicos temos de melhorar muito a organização local e tentar diminuir o atraso que temos em relação aos outros partidos.

Mais democracia interna e mais organização local constituem, pois, a chave para o nosso crescimento e para o nosso sucesso.

1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

No Bloco de Esquerda todas as decisões começam por ser definidas por um pequeno grupo de dirigentes, depois são plebiscitadas na Convenção ou nas reuniões da Mesa Nacional. Nestes órgãos máximos do Bloco ainda há um arremedo de democracia, já que as decisões são aprovadas por maioria, mas, normalmente, a arregimentação garante a sua aprovação automática.

As decisões tomadas na Mesa Nacional transitam para as Distritais, Concelhias e Núcleos como decisões a que as bases são alheias. A estas cabe-lhes o papel de colar cartazes, distribuir jornais, fazerem de figurantes nos eventos, sendo-lhes negado quaisquer direitos nas escolhas do partido/movimento.

Mesmo quando é preciso apresentar propostas sobre temas que as bases têm a obrigação de conhecer melhor, como por exemplo o alojamento local, as propostas são sempre discutidas nas cúpulas, sem qualquer participação das bases ou dos organismos intermédios.

Nem mesmo quando um projeto de lei é precedido de debate público, esse projeto é debatido pelas bases do Bloco de Esquerda.

Por outras palavras, **as decisões no Bloco funcionam sempre de cima para baixo e nunca de baixo para cima.**

Esta falta de democracia interna acaba por desvitalizar os organismos locais, concelhios e intermédios que,



desprovidos de capacidade de decisão e de debate, perdem-se em reuniões estéreis e desprovidas de sentido político.

Acresce ainda o facto de a maioria dos projetos de lei apresentados na Assembleia da República nem sequer são discutidos, muito menos aprovados, nos órgãos competentes do Bloco.

Para corrigir este excesso de centralismo e défice de democracia, **propomos:**

- 1.1.** Que a Comissão Política, sempre que precisar de fazer uma proposta política relevante, e desde que haja tempo, deve elaborar um anteprojeto.
- 1.2.** Esse anteprojeto deve ser discutido nos organismos de base e intermédios, que o enriquecerão com os seus contributos.
- 1.3.** Finalmente, a Mesa Nacional ou a Comissão Política procederão à sua aprovação, votando eventualmente alguns pontos em alternativa.

Outro aspeto que fica a dever muito à democracia interna é a **arrogância** com que a direção do Bloco encara as propostas oriundas de moções minoritárias. Por mais meritórias que sejam essas propostas, são sistematicamente rejeitadas pela maioria. Este facto é absolutamente extraordinário, considerando que o Bloco é um partido pequeno e sentir-se-ia discriminado se os partidos maiores o encarassem do mesmo modo que a direção atual lida com a oposição interna. Além disso, está inscrito no ADN do Bloco um valor essencial: o respeito pelas minorias e a sua não discriminação. Valor esse que é constantemente atropelado pela direção.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

Nas últimas eleições autárquicas, mais uma vez, o Bloco ficou aquém dos resultados das eleições legislativas e presidenciais. Isso deve-se, em parte, ao facto de não termos concorrido em mais de 170 municípios, num total de 308, e também porque não temos implantação local suficiente na generalidade dos concelhos onde concorreremos, salvo raras exceções.

A fraca implantação local deve-se a um conjunto de fatores, que nós subdividiríamos em fatores externos e fatores internos.

Os fatores externos prendem-se com a realidade existente. Durante 40 anos os principais partidos foram-se implantando nos municípios, usando métodos nem sempre democráticos e transparentes, criando uma rede de interesses e compadrios, na construção civil, no futebol, nos bombeiros, nas fundações, nas IPSS, na distribuição de empregos, na pequena e na grande corrupção. Os próprios partidos ditos de esquerda acabaram por alinhar nalguns destes esquemas, para poderem disputar o poder autárquico. Pior do que isso, muitos quadros de esquerda acabaram por colaborar com esses partidos, numa visão «útil» para derrotar a Direita.

Os **fatores internos** têm a ver com a nossa incapacidade em romper com o cerco que os partidos tradicionais criaram em torno do poder autárquico.

Sem atraindo os nossos princípios e valores, podemos fazer muito mais para melhorar a nossa implantação local e, conseqüentemente, a nossa representação autárquica. Nesse sentido, avançamos com algumas sugestões:

- 2.1.** Nos concelhos em que não estamos organizados, a Distrital deve patrocinar eventos que tenham como objetivos angariar aderentes, criar Núcleos e Concelhias.



- 2.2.** Nos concelhos em que já estamos organizados, devemos dar prioridade aos eventos que sirvam para alargar a nossa base de apoio, em vez de reuniões inconsequentes, que não servem para tomar decisões nem chegar a conclusões.
- 2.3.** Devemos dar especial atenção ao recrutamento de quadros locais que possam vir a ser bons candidatos autárquicos, mas tendo o cuidado de nos protegermos dos oportunistas.
- 2.4.** Os nossos ativistas devem prestar atenção às associações locais, inscreverem-se como sócios e integrarem listas para os seus órgãos sociais.
- 2.5.** As nossas estruturas concelhias devem organizar eventos culturais e desportivos, com o objetivo de atrair mais pessoas para o trabalho político.
- 2.6.** Devemos continuar a apoiar as lutas sociais, sem as manipular, mas tendo como objetivo estratégico o fortalecimento da nossa estrutura local, de forma que isso seja uma consequência natural do nosso apoio.
- 2.7.** A escolha dos candidatos autárquicos deve ser feita atempadamente. O facto da candidatura do CDS em Lisboa ter ultrapassado largamente a candidatura do PSD deveu-se, segundo os analistas, ao facto da candidatura do CDS ser feita com uma grande antecedência.
- 2.8.** Sempre que possível, os nossos aderentes, especialmente advogados, médicos e professores, devem prestar serviços comunitários, pro bono, de forma a beneficiar a imagem do Bloco na sociedade.
- 2.9.** Nos concelhos periféricos, que mostrem semelhanças geográficas e sociais, a Distrital deve organizar ações coordenadas entre as diferentes estruturas concelhias.
- 2.10.** As estruturas concelhias devem ser apoiadas no sentido de informar os cidadãos dos seus direitos, especialmente pensionistas, desempregados, trabalhadores precários e vítimas de arbitrariedades.
- 2.11.** O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

Recordemos o que nos foi prometido há algum tempo:

“Nos próximos dois anos precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior. Muito mais descentralizado na sua atividade local, distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação direta dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes atividades políticas unificadoras”. **(Resolução da III Convenção, em 2002).**

Passados dezasseis anos e oito convenções depois estamos longe de cumprir o que nos prometeram fazer em 2 anos.

Mais do que promessas ocas, destinadas a não serem cumpridas, precisamos de uma práxis que nos encaminhe com passos firmes e seguros para um Bloco mais forte, precisamos de um Bloco que saia das sedes e do Parlamento, precisamos de um Bloco que chegue às pessoas, onde elas se encontram, nas cidades, nas freguesias, nos bairros, nas escolas, nas empresas, nas ruas.

Precisamos de chegar às pessoas que continuam longe do ativismo voltado para o nosso próprio umbigo. Precisamos de chegar ao povo que tanto dizemos defender, mas de quem estamos muito distantes.

3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

O Bloco de Esquerda foi fundado em 1999 a partir da união de 3 organizações políticas, uma trotskista (PSR),



outra leninista (UDP) e uma terceira, constituída por ex-leninistas (Política XXI), aos quais se juntaram alguns independentes de esquerda.

Atualmente as duas maiores tendências, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, como sempre foram, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Trotskistas e leninistas, tal como Trotski e Lenine, sempre tiveram pontos de confluência em dois princípios-base: centralismo democrático e ditadura do proletariado e divergem na importância da organização no trabalho político. Enquanto os leninistas veem na organização a forma mais adequada de fazer cumprir a sua agenda política, os trotskistas preferem chegar a mais pessoas fazendo propostas mais recuadas. Além disso, os trotskistas privilegiam as figuras proeminentes, para assim terem mais destaque nos meios de comunicação burgueses.

Dentro do Bloco de Esquerda, as duas tendências, tal como Lenine e Trotski o fizeram em 1917, acabaram por se entenderem, até porque aquilo que os separa é complementar. Tanto uns como outros sentiram a necessidade vital de chegar às pessoas e ambos engendraram mecanismos táticos diferentes para o conseguir.

Se o apego ao “centralismo democrático” é manifesto nas duas tendências, já em relação à “ditadura do proletariado” o apoio é mais mitigado. Os mais inteligentes, no seio destas duas tendências, perceberam que não era taticamente correta a sua defesa, dada a indesmentível falência nos países onde ela foi tentada, mas quase todos os seus apoiantes continuam a acalantar o objetivo estratégico da construção da sua ditadura de estimação.

São as duas tendências que definem as orientações estratégicas do Bloco, não permitindo que elas sejam previamente discutidas nas bases do Bloco, atropelando sistematicamente a democracia interna.

Os Estatutos e Regulamentos são deliberadamente vagos, com a dose de discricionariedade que lhes permite tomar decisões de acordo com as suas conveniências.

Continuam a recrutar membros dentro do Bloco, evidenciando um desprezo profundo pela nossa organização e a usá-la de uma forma instrumental.

Persistem na mesma estratégia autárquica de sempre, que se limita a reproduzir o modelo perdedor que nos tem garantido derrotas sucessivas nas eleições autárquicas.

Quando se trata de contratar funcionários, propor deputados ou eleger secretariados fazem acordos de bastidores, para dividirem entre si os cargos em disputa.

O seu comportamento político fica cada vez mais distante dos princípios e valores de esquerda e cada vez mais próximo do carreirismo e da ambição pessoal.

As tendências e o Bloco revelam uma espécie de dicotomia existencial.

As tendências transportam consigo as propostas irreais da extrema-esquerda, que tantas derrotas nos garantiram no século XX e que nos levaram sempre a disputar migalhas do apoio popular.

Já o Bloco apresenta propostas mais facilmente aceites pelo povo e que nos têm permitido obter melhores resultados eleitorais.

Os novos aderentes, mais tarde ou mais cedo, acabam por perceber esta contradição entre as propostas moderadas do Bloco e o esquerdismo subjacente às tendências. Alguns ficam e alinham com as tendências, mas a maioria dos aderentes, os melhores, afastam-se, porque verificam que este não é o Bloco que lhes prometeram. Por isso temos uma abstenção tão elevada nas eleições internas, em muitos casos superior a 90%.



Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

“A prática, que é o único critério da verdade”, tem demonstrado que estes argumentos são inválidos.

Se repararmos bem, cada uma das duas principais tendências, na lógica de disputa interna, têm recrutado membros que estão distantes, muito distantes, das ideologias que lhes servem de matriz. Vimos muitos leninistas numa tendência controlada por trotskistas, vimos não-marxistas numa tendência leninista, vemos sobretudo carreiristas, que corporizam a única «ideologia» comum às duas tendências.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.

Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupúsculos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

4. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Todas as revoluções do século XX foram feitas para derrubar ditaduras que, por motivos vários, estavam enfraquecidas.

Por outro lado, a realidade demonstrou que nunca os partidos assumidamente revolucionários conseguiram mobilizar os trabalhadores para derrubar regimes democráticos e construir o socialismo. Pelo contrário, os partidos e organizações que pugnavam por este objetivo foram-se acantonando, ficando cada vez mais irrelevantes.

Além disso, as revoluções socialistas que desistiram da democracia falharam redondamente.

Sempre que a democracia foi espezinhada em nome da revolução, ambas tiveram o mesmo fim inglório.

A partir destas lições da História, concluímos que nunca podemos prescindir da democracia como modelo de organização da sociedade. Uma democracia que reflita os interesses da maioria da população e não uma democracia manipulada e servil aos interesses da burguesia ou do aparelho de estado.

Outra lição clara da história é que não é possível fazer uma revolução para derrubar um governo eleito.

5. TÁTICA E ESTRATÉGIA NO COMBATE POLÍTICO

Tática é o conjunto de ações necessárias para vencer uma batalha e, por analogia, a organização de meios de ação utilizados para atingir determinados fins políticos.

Estratégia é o conjunto de ações para vencer uma guerra e, aplicada à política, significa o conjunto de meios



e planos para atingir um objetivo de longo alcance.

Podemos dizer que o nosso objetivo estratégico é a construção do socialismo, mas para atingirmos esse fim, teremos de vencer muitas batalhas.

Mas não basta vencer batalhas, se não tivermos sempre presente que elas só são úteis se contribuírem para atingir o nosso objetivo estratégico.

Os **reformistas** costumam privilegiar a tática e o seu taticismo exagerado, muitas vezes, afasta-os irremediavelmente da construção do socialismo, indo engrossar as fileiras sociais-democratas.

Os **ultrarrevolucionários**, ao invés, querem desesperadamente chegar ao objetivo estratégico, esquecendo-se que, para vencer uma guerra, é necessário travar muitas batalhas e vencê-las. E não é possível vencer qualquer batalha sem soldados, sem ter o povo a apoiar.

A nossa ação política deve usar todas as táticas que forem necessárias para mobilizar um número crescente de trabalhadores para o combate socialista, mas nunca poderemos perder o nosso rumo estratégico, sob pena de nos enredarmos em taticismos que nos afastam do socialismo. Também devemos resistir à tentação de queimar etapas, ir com demasiada sede ao pote e correr o risco de o quebrar, como fazem os ultrarrevolucionários.

6. CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o défice de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela lutas dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas privadas produtivas devem existir, num contexto de economia mista.



As empresas privadas não podem ser extintas por decreto. Devem coexistir com outras empresas controladas por trabalhadores, em regime de autogestão, cooperativo, ou de gestão pública. As empresas privadas e públicas devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.

Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

7. POLÍTICAS SOCIAIS

O Bloco de Esquerda tem-se preocupado mais em defender a classe média do que os mais pobres entre os pobres. Foi do Bloco a proposta de criação de mais escalões do IRS, que custará aos cofres do Estado mais 450 milhões de euros por ano. Por outro lado, o Bloco aceitou a ignomínia do aumento de 6 euros para as pensões mais baixas. Estes pensionistas pobres deveriam ter um aumento igual ou superior a 10 euros. Essa medida custaria apenas uma fração do que será despendido com o aumento do número de escalões. Não somos contra este aumento, mas ele só seria legítimo se fosse acompanhado por um aumento mais justo das pensões mais baixas.

8. POLÍTICA DE ALIANÇAS

Após os resultados das últimas eleições legislativas, que se saldaram em derrotas dos partidos da Direita e do PS e onde o Bloco de Esquerda foi a única força política ganhadora, não sobrou espaço para outra solução diferente da que acabou por ser encontrada. Entre um governo da Direita e um governo PS apoiado pela Esquerda, tornou-se inevitável apoiar esta última solução.

O povo nunca compreenderia que fôssemos nós os responsáveis por entregar o governo à coligação PSD-CDS.

Enquanto perdurar a atual situação incomum de suportarmos um governo do PS, os nossos deputados poderão e deverão fazer mais no sentido de retirar dividendos políticos da situação.

A maioria dos deputados continua a agir como se estivéssemos na oposição, fazendo declarações e protestos, ao invés de apresentarem propostas exequíveis que aproximem o país de maior justiça social. É certo que estudar os dossiers e apresentar propostas fundamentadas dá mais trabalho do que a estafada política de protesto, mas os deputados que não têm demonstrado estar adaptados à situação política atual não deveriam ser recandidatos às próximas eleições legislativas. Mas muitos sê-lo-ão certamente, não por mérito próprio, mas por imposição absurda da sua tendência. Com isso, não ganha a tendência, não ganha o Bloco nem ganha o país.

Em relação às próximas eleições legislativas, não apoiamos uma aliança pré-eleitoral com o PS ou o PCP.

Quanto a alianças pós-eleitorais, teremos de esperar pelos resultados.

Não se espera que o cenário de 2015 se repita em 2019. Ou seja, não é previsível que o PSD tenha mais votos do que o PS, mesmo que a aliança de direita seja reeditada.

Se o PS obtiver uma maioria absoluta, poderá governar sozinho e não ficaremos com espaço para pressionar esse partido a prosseguir a política de recuperação de rendimentos para os mais desfavorecidos. Ficaremos a fazer oposição de esquerda.

Se o PS ganhar, sem maioria absoluta, e o Bloco for suficiente para garantir a maioria absoluta no Parlamento,



então deveremos negociar com o PS no sentido de continuar a política que tem sido seguida nos últimos anos.

Deveremos exigir que o salário mínimo e as pensões mais baixas continuem a recuperar, que a legislação laboral seja melhorada, que os CTT voltem à gestão pública, que novas privatizações e a gestão privada de organismos públicos sejam impedidas, que o horário de 35 horas seja implementado no setor privado, que o tempo de reforma para as longas carreiras contributivas seja diminuído, que a lei dos despejos seja revogada e que os serviços públicos sejam melhorados. Se o PS não aceitar estas condições, ficaremos a fazer oposição de esquerda.

Não devemos abdicar de nenhuma destas exigências, mas também não devemos cair na tentação de fazer outras exigências impossíveis de cumprir pelo PS e, desse modo, fazer abortar um acordo, o que contribuiria para uma degradação das condições de vida dos trabalhadores e pensionistas. O nosso eleitorado prefere ver-nos a contribuir para a melhoria das condições dos trabalhadores e não nos perdoaria se o seu voto voltasse a ficar reduzido a um mero voto de protesto.

Como temos divergências insanáveis com o PS em relação a questões europeias e em relação à NATO, **em nenhuma circunstância devemos aceitar entrar para um executivo PS**. O máximo que poderemos fazer é viabilizar, no Parlamento, um governo do PS. Como temos feito.

9. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Temos vindo a assistir, nos últimos tempos, ao drama dos despejos, potenciado pela famigerada lei de Assunção Cristas e que o PS ainda não teve coragem política para revogar. O Bloco precisa de ser mais enérgico na defesa da revogação desta lei desumana.

SUBSCRITORES:

Mónica Ferreira, Porto - Paredes, 10384
Paulo Teles Silva, Porto - Paredes, 170
Américo Campos, Porto - Paredes, 9572
Ana Ribeiro, Porto - Paredes, 13008
Fernando Oliveira, Porto - Maia, 10649
Alberto Guimarães, Porto - Paredes, 11930
Elisa Brito, Porto - Paredes, 14008
Álvaro Azevedo, Porto - Maia, 10929
Armando Herculano, Porto - Vila do Conde, 1750
Joaquim Fernando Pereira Araújo, Porto - Maia, 10222
Maria Rosa Ferreira, Porto - Paredes, 11165
Duarte Graça, Porto - Paredes, 12034
Dirceu Graça, Porto - Paredes, 12272
Olívia Barros, Porto - Paredes, 11166
Adão Campos Júnior, Porto - Paredes, 11169

Elias Alves, Porto - Paredes, 10899
Maria Fernanda Rocha, Porto - Paredes, 11104
Nelson Martins, Porto - Paredes, 12275
Luís Gabriel Campos, Porto - Paredes, 10159
Débora Campos, Porto - Paredes, 11247
Manuel Evaristo Campos, Porto - Paredes, 11124
Ricardo Soares, Porto - Paredes, 11246
Maria Sofia Ferreira, Porto - Paredes, 11170
Manuel Fernando Moreira, Porto - Paredes, 11446
Paulo Santos, Porto - Paredes, 10901
Bruno Ismael Silva, Porto - Paredes, 12179
Fernando Moreira, Porto - Paredes, 10146
Joaquim Leal, Porto - Paredes, 10952
Daniel Campos, Porto - Paredes, 11117
Andreia Rodrigues, Porto - Paredes, 14009
António Cláudio Cardoso, Porto - Paredes, 14010
António Ferreira, Porto - Paredes, 11123
Isabel Ferreira, Porto - Paredes, 10906